

Aspecto Moral da Inflação (*)

Prof. LICOLN MOURÃO MATTOS

(Catedrático de Ciência das Finanças)

Para que a exposição deste assunto obedeça a uma ordem logica, torna-se necessario tenhamos, tanto quanto possivel, uma noção exata do que é inflação.

As definições dadas a esse fenomeno padecem, todas, severa critica.

Não basta dizer excesso de dinheiro em circulação, excesso de papel moeda ou de moeda escritural ou, englobando todas essas expressões, dizer apenas “excesso de meios de pagamento”.

Realmente, o aumento de meio circulante, mesmo em situação normal, deve processar-se, para manter o mesmo ritmo dos negocios, do qual é o indice.

Por outro lado, dizer que a inflação se processa quando ha um desequilibrio entre a produção e o consumo é insufficiente, uma vez que esse desequilibrio, por si, nada tem de anormal; embora tecnicamente a produção deva ser toda consumida e o

(*) Conferência realizada na Faculdade de Direito do Ceará, por ocasião da “Semana de Estudos” promovida pela Sociedade Contardo Ferrini.

consumo deva encontrar a produção de que necessita, essa sociedade ideal, em que ambos os pratos da balança se conservem na mesma posição, não existe, é mera ficção econômica.

Praticamente, esse desequilíbrio, como influencia de forças contrárias, estimula o progresso e é fonte de resultados compensadores, desde que não se acentue em demasia.

Os sintomas que acusam perigosa descida de um dos pratos da balança são o aumento do meio circulante (moeda-papel, papel moeda ou moeda escritural) acompanhado de uma alta do nível dos preços.

Essa a noção mais exata de inflação: um desequilíbrio entre a produção e o consumo, provocando, ou melhor, acompanhado de um aumento do meio circulante e de um aumento exagerado dos preços.

Ora, meus senhores, é axioma socio-econômico que as necessidades biológicas e sociais do homem exigem que haja produção de bens destinados ao consumo, isto é, à satisfação dessas mesmas necessidades.

A inflação é, portanto, um fenômeno patológico da moeda que afeta pessoalmente cada indivíduo e coletivamente toda a agremiação social; que interessa ao pobre e ao rico, ao plebeu e ao aristocrata, ao ignorante e ao intelectual, pois que a todos atinge na sua economia pessoal ou, como diríamos numa expressão prosaica: fêre de cheio o seu pão nosso de cada dia.

Realmente, reduzindo a capacidade aquisitiva do consumidor, alterando os preços dos produtos expostos à venda, modifica o nível da vida econômica, deixando um traço marcante e doloroso de sua passagem.

Essas considerações se fazem necessárias, meus senhores, tendo em vista o plano deste trabalho, qual seja o aspecto moral desse fenômeno econômico financeiro.

E, uma vez que já possuímos uma noção breve, mas suficiente da inflação, cabe aqui uma pergunta: qual a influência

ou, melhor dito, qual a interferência da Moral nesse fenômeno da economia financeira da sociedade?

Por mais estranho que pareça ao nosso senso de justiça social, a negação mais absoluta tem sido defendida e com um esforço elevado, digno de melhor causa

Basêa-se essa negativa em que a economia possui leis e essas leis independem do sentido moral que se lhes dê.

Encontram-se fóra do ambiente moral, da mesma forma que as leis físicas, porque são inelutáveis, fatais, constantes, como convém a princípios próprios de verdadeira ciência.

Por exemplo: a lei da oferta e da procura. Seja honesto ou desonesto, o comerciante terá sempre que nela basear-se para o exercício da sua atividade econômica. Qualquer que seja a sua atitude, a lei permanecerá sempre acima da sua orientação moral, inatingível nos seus elementos essenciais: quando a oferta aumentar, diminuirá a procura e, vice-versa, se aumentar a procura a oferta diminuirá.

Esse ritmo permanecerá o mesmo, como não se altera o ritmo das marés por mais honesto que seja o marinheiro.

Ora, meus senhores, tal conceito abstrae, por completo, o sentido social dos fenômenos econômico-financeiros. Por isso que essa atividade se processa sempre no ambiente social e não poderia existir fóra dele, os elementos informadores da economia serão sempre atos humanos, como tal trazendo o cunho acentuado da personalidade de cada um.

Manejadas por homens, as leis econômicas irão afetar outros homens, não apenas num sentido superficial e transitório mas penetrando o cerne da sua personalidade, alterando, às vezes por completo, o ambiente necessário ao seu aperfeiçoamento moral, á sua finalidade de ser humano, isto é, dotado de corpo e alma.

Bem se pode, aqui, dizer que se, nem só de pão vive o homem, é evidente que também vive de pão; e tudo aquilo que

afetar esse elemento necessário á vida do corpo, terá influência mais ou menos acentuada sôbre a vida da alma.

Por isso, com razão dizia Santo Agostinho, “a própria virtude necessita de uma base econômica para se manter”.

Por outro lado, a vida social, necessitando de um equilíbrio harmônico de interesses, presuppõe nesse mesmo equilíbrio harmônico a idéa de justiça comum, isto é, de um sentido de justiça que tem como alicerce o bem comum e como finalidade a harmonia geral de interesses.

Porém, tudo isso é tão evidente que, para destruir de uma maneira objetiva esse conceito erroneo da economia social, bastaria mostrar o quadro vivo dos plutocratas das finanças manejando povos e fabricando guerras; os “trusts” e “carteis” levando os povos ao suplicio de Tântalo: a fome mais negra e generalizada deante da abundancia de alimentos retidos para vantagem exclusiva de um grupo de individuos.

Êsses homens são faltosos ao cumprimento de um *dever social* e ainda mais fogem a um preceito humanitário de auxilio mutuo; são veus de injustiça social e trazem endurecidos os corações à caridade social.

Ora ,meus senhores, a justiça social e a caridade social são os dois aspectos pelos quais se apresenta a moral social.

Bem razão tem pois S. S. o Papa Pio XII quando reclama mais justiça social entre os povos, mais caridade social entre os indivíduos, para que se obtenha a Paz na sociedade.

A finalidade dêste trabalho que aqui expomos á vossa benévola atenção é pois demonstrar que a inflação é, não somente, na maioria dos casos, motivada por um efeito de justiça social, como também agrava, de muito, o desajustamento da sociedade, provocando clamorosas injustiças, que bradam aos Céos, já que os homens não as ouvem.

*

* *

Para começar, esclarecemos uma questão: será o fenômeno da inflação próprio do regime capitalista em que vivemos, ou pode aparecer em todos os ambientes sociais?

Si recordarmos que já Dionísio de Siracusa depreciava a moeda; que a guerra e a fome em todos os tempos provocavam desequilíbrio entre a produção e o consumo com a redução do poder aquisitivo da moeda, veremos que a inflação, enquanto fato dependente de causas naturais, é fenômeno comum a todas as épocas, desde a criação da moeda.

Contudo, se observarmos a sua repetição frequente e intensidade maior nos tempos de hoje, poderemos compreender que alguma coisa existe no regime econômico em que se encontra o mundo, há poucos séculos, *que o torna mais vulnerável à diátese inflacionista.*

Realmente, o capitalismo cria um ambiente moral e econômico propício à inflação.

Na verdade, a economia antiga se processava toda num sentido endógeno, entre os elementos do próprio grupo, fosse uma família, fosse uma cidade. As relações externas pouco intensas, atendiam à necessidade de consumo que poderiam chamar adicional, em contraposição ao consumo essencial, processado dentro dos elementos do grupo. Era o que se convencionou chamar *economia cerrada*.

O espírito mercantilista e a divisão cada vez maior do trabalho trouxeram, entretanto, modificação completa a esse estado econômico: o consumo, mesmo essencial, passou a ser satisfeito pela aquisição externa, intensificando-se as trocas entre os povos e indivíduos: era a *economia aberta*.

Essa economia formou o ambiente do capitalismo, moldando-lhe as características próprias, que *Sombart*, mestre neste assunto, assim resume:

- a) o espírito de lucro
- b) o individualismo, seu princípio supremo

c) Racionalização da produção.

A começar, pois, pelo primeiro, até se sistematizar no último, o elemento *ambição* ali é manifesto.

O lucro é elemento essencial ao espírito capitalista. Tão essencial que não se justifica a atividade econômica que o não produza.

Ora, entre o lucro *justo* e o lucro *injusto* vai apenas um passo que, se a moral não intervier, será facilmente transposto.

Dahí a justificação, pelo espírito capitalista, de todos os meios e artificios que produzam lucro, nos quais, aliás, ele é fértil. (1)

Comecemos, por exemplo, pela sua criação mestra, a sociedade anônima.

Emquanto na economia cerrada a responsabilidade pessoal do manejo da riqueza era manifesta, na sociedade anônima, criação do capitalismo, essa responsabilidade desaparece ou se torna, praticamente, isenta de sanção.

Criou-se uma pessoa moral que não tem responsabilidade moral. Seus socios não são responsáveis pelos negócios sociais, e seus próprios dirigentes, que não precisam ser socios, também se encontram fóra dessa responsabilidade.

As vagas sanções com que a lei procura cercá-las ficam as mais das vezes inoperantes, mercê do fato de se encontrarem os meios de prova nas mãos dos próprios autores.

Não têm limites de crescimento econômico.

Desenvolvem-se no espaço, sem conhecer fronteiras entre as nações. Casam-se, desdobram-se em filhos que tomam mes-

(1) Esse desenvolvimento exagerado da ambição capitalista é que formou aquilo que se convencionou chamar o "capitalismo ladrão". Nada tem que ver com o capitalismo honesto. Feita essa distinção será fácil ao leitor compreender a influência do capitalismo no aspecto moral da inflação.

mo o nome de filiais; divorciam-se e com esse desenvolvimento monstruoso perturbam, muitas vezes, o sentido político do Estado.

Qual Proteu, a sociedade anônima toma as formas mais variadas. Degladiam-se entre si em ferozes batalhas. Mas, como seu fito é sempre o lucro, nunca perdem nessa luta. Quem sofre é sempre quem se encontra fóra delas, isto é, o consumidor. (2)

Ora, meus senhores, com tais monstros de mil tentáculos, como extranhar que os desequilíbrios entre a produção e o consumo se tornem tremendamente acentuados?

Para obter aumento do meio circulante, não precisam do Estado.

O capitalismo criou para elas esse fator imponderavel que se chama o crédito, do qual nasce a moeda escritural.

E essa moeda escritural é tão desenvolvida que, para tomar o exemplo brasileiro, constitue mais de $2\frac{2}{3}$ da circulação total.

Esse afan de ambição que exige mais, sempre mais, criou meios de desenvolver-se até aos paroxismos da loucura.

Os titulos de crédito, que eram simples promessas de pagamento, meios de intercambio monetário, passaram a substituir a propria moeda. E para que não tivessem de corar de sua origem muitas vezes espuria, o Direito negou-se a pesquisar-lhes a origem: passaram a ter a causa em si mesmo, verdadeira geração espontanea, tanto mais plenamente aceita quanto mais facilmente pudessem circular.

Criou-se, assim, uma propriedade imponderavel mas ações, nas debentures, nas proprias letras de câmbio.

O Sherlock moderno não se delicia mais na contagem das moedas, mas nos farfalhar dos papeis de côres atraentes, que o

(2) G. Rippert: — Aspectos jurídicos do capitalismo moderno. Varios pontos desta tese se acham desenvolvidos nessa obra de critica ao capitalismo.

Estado séla, como que a protegê-los contra a dúvida de algum curioso. (3)

O resultado disso tudo é o abuso franco do crédito. Ora, abuso do crédito quer dizer aumento exagerado da moeda escritural, desequilíbrio que produz inflação.

Debalde fala S. S. o Papa: "Esta acumulação de poder e de recursos é nota originária da economia moderníssima.

"Primeiro a luta se encaminha para obter esse potencial economico. Logo se inicia uma batalha feroz para obter o predomínio do poder publico e, conseqüentemente, abusar de suas forças e sua influência nos conflitos econômicos".

"Todo o rendimento, todos os produtos, o capital reclamava para si e ao operario deixava apenas o suficiente para reparar suas forças".

Essas palavras de Pio XI na enciclica *Quadragesimo Anno*, ferem ao vivo os perigosos efeitos do capitalismo.

É a Verdade eterna que fala, pela boca de seu vigário na Terra, mas não é ouvida pela louca ambição dos homens.

*

*

*

Mais ainda. Para eximir suas responsabilidades tão patentes, o capitalismo criou outra teoria, para atraz dela ocultar-se.

Espalhou a doutrina de que o nivel dos preços é qualquer coisa que está acima das contingencias humanas, onde a vontade das criaturas é inteiramente inoperante. Destarte, quando os preços sobem, os senhores das finanças e das industrias interna-

(3) Compreenda-se: mostramos, em tintas carregadas, os perigos que representam as criações do capitalismo, pela facilidade de cair no abuso. Não se nega sua utilidade.

cionais lavam as mãos, dizendo: "não temos culpa, é a conjuntura inevitável da ciência econômica!"

Ora, como diz muito bem René Courtin (4), o preço, sendo a expressão monetária de um valor econômico, é como um filtro que, de um lado retém os desejos humanos de aquisição de bens, excluindo uns e satisfazendo outros; e de outro lado, condiciona a essa atividade de consumo a atividade produtora, para que os bens não fiquem estagnados.

Ora, como esse filtro é a moeda, se esta se encontrar nas mãos de poucos, esses poucos poderão regular a seu talante os desejos humanos, reduzindo os de uns a um ponto mínimo, e estendendo os de outros até ao mais extravagante superfluo.

Dahí essa monstruosidade moderna: os que possuem demais e os que nada possuem.

Firma-se, assim, a injustiça social dos salários insuficientes, incapazes de satisfazer as necessidades mais urgentes do operário.

A medo, muito a medo, bradam os legisladores contra isso, concedendo o salário mínimo, que está longe de ser o salário justo.

Mais uma vez a Igreja, defensora eterna dos direitos do homem, reclamou contra essa injustiça, mostrando que o operário tem direito a salário justo, que lhe permita satisfazer, dentro de um estavel ambiente econômico, as suas necessidades de homem, isto é, de ser dotado de corpo e alma, de ser sociavel, chefe de familia, espôso e pai.

E quando a inflação se manifesta, provocando a alta dos preços, trazendo a intranquilidade aos lares, como se poderá resolver tal problema *sem espirito de justiça, sem espirito de renuncia?*

(4) René Courtin — "A lei do preço" — Conferencia realizada a 16 de Outubro de 1937, na Escola de Comercio Alvares Penteado, de São Paulo.

Ora, que é espirito de justiça e de renuncia?

Forças morais, elementos de formação do carater, que somente se obtêm quando se encara uma responsabilidade pessoal diante de Deus, uma finalidade eterna de premio ou castigo.

Senhores, movimentemos essas forças morais, ao lado do seu centro propulsor e eterno, a Igreja de N. S. Jesus Cristo, a rocha inabalavel de Pedro que, como farol divino, nos acena com o porto nesse mar tempestuoso da desordem economica.

Se não olharmos mais para o alto, cairemos na solução comunista, que nada resolve porque é apenas a substituição de um capitalismo individual por um capitalismo de Estado, a prepotencia dos senhores da maquina política substituindo os senhores da maquina industrial e financeira.

Aproveitemos do capitalismo o que êle tem de aproveitavel: o seu espirito compreendedor, a sua tecnica. Mas, pelo recurso das forças morais, disciplinemos o capital a um conceito de justiça e o trabalho ao de um dever social.

Retiremos da economia esse espirito de ambição desmedida que é a genese dos seus maléfícios.

E não tenhamos duvida sobre a vitoria das forças morais da Humanidade.

Porque a moral é que eleva o homem, que o dignifica, que dulcifica a vida sobre a Terra, limitando a Liberdade social pela Justiça social e envolvendo esta nos bemditos efluvios da Caridade.

E para que os nossos esforços tenham a unidade necessária á vitória, cerremos fileiras em torno da Igreja Catolica que pela sua moral é divina, como é divina na pessoa do seu fundador N. S. J. Cristo!

Tenho dito